



## **Cidade Competitiva e Apavorada: uma análise sobre segurança pública e planejamento urbano em Fortaleza (CE)**

### **Autores:**

Janaína Carneiro Americano de Brito - UFC - janainabritoc@gmail.com

### **Resumo:**

Este artigo trata das correlações entre segurança pública e planejamento urbano na cidade de Fortaleza, Ceará (CE), tendo como principal objetivo compreender como as atuais políticas de segurança, baseadas na territorialização de infraestruturas e no patrulhamento policial, articulam-se com o desenvolvimento urbano estratégico da cidade, responsável por consolidar Fortaleza como o “paraíso das flexibilizações”. Assim, a partir da análise dos programas de segurança “Pacto por um Ceará Pacífico” e “Plano Municipal de Proteção Urbana” (PMPU), respectivamente à nível estadual e municipal, será possível evidenciar como, em alguns bairros, a melhoria na segurança pública influencia no desenvolvimento de um ambiente capaz de impulsionar os setores imobiliário e turístico, enquanto em outros bairros, e principalmente nos assentamentos precários, é responsável pelo controle social e acirramento das vulnerabilidades sociais.

## **Cidade competitiva e apavorada**

Uma análise sobre segurança pública e planejamento urbano em Fortaleza (CE)<sup>1</sup>.

### **INTRODUÇÃO**

Os processos de produção das cidades brasileiras, baseados na segregação socioespacial, tornam-se cada vez mais extremos, intensos e explícitos, sustentados por uma crescente percepção da insegurança (GOES, SPOSITO, 2014), perpetuam o estigma da violência em territórios historicamente marginalizados nas cidades brasileiras, afetando diretamente o cotidiano dos moradores desses locais.

A disseminação do discurso sobre as “cidades violentas”, principalmente pelos veículos midiáticos, sem um aprofundamento da questão da violência urbana e seus efeitos na sociedade, oculta que a violência não se distribui homoganeamente no espaço urbano e que cria diferentes níveis de exclusões e auto exclusões na cidade (SOUZA, 2008). Desse modo, enquanto a elite e a classe média optam por condomínios fechados ou por ruas cercadas de portões com guaritas e seguranças, reproduzindo práticas privatizantes individualistas como alternativas à questão da segurança pública, as classes mais baixas têm seu espaço cerceado, de um lado pelo poder do tráfico e de outro pelo poder do Estado, materializado nas instituições punitivas. Essa situação dificulta o acesso ao direito à cidade, fazendo com que a organização territorial seja pautada em um reordenamento urbano de controle e segregação.

Os processos de planejamento urbano, em geral, não são vinculados aos planos de segurança, e, em virtude disso, os problemas urbanos causados pelas desigualdades sociais são reforçados por planos e projetos excludentes e racistas. Nem o planejamento urbano e nem o de segurança, dissociados de políticas públicas adequadas e pensadas a curto, médio e longo prazo, conseguirão resolver ou minimizar a problemática da violência urbana. Enquanto não se tiver um plano interdisciplinar com investimentos adequados em políticas públicas, os bairros mais pobres e as favelas continuarão sendo desassistidas pelo Estado em questão de serviços básicos e de infraestrutura técnica e social, porém assistidas quanto ao policiamento e ao cerceamento da vida cotidiana.

---

<sup>1</sup> Esse artigo é resultante de parte da pesquisa desenvolvida para o Trabalho de Conclusão de Curso 2, intitulado “Cidade Competitiva e Apavorada: uma contraproposta de planejamento no bairro Jangurussu” apresentado no curso de Arquitetura e Urbanismo, do departamento de Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade Federal do Ceará (DAUD-UFC), em 2018.2, sob orientação do professor Luís Renato Pequeno.

Compreendendo essa situação, pretende-se analisar a cidade de Fortaleza, capital do Ceará, em decorrência da crescente organização e territorialização do tráfico de drogas na região, resultando no aumento dos índices de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLIs). No Ceará, por exemplo, foram registrados somente em janeiro de 2018, 469 casos de homicídios dos quais 196 foram apenas na capital e na Região Metropolitana (RMF). Em sua maioria, os mais vitimados são jovens, negros e moradores das periferias. Além disso, há também o surgimento dos “refugiados urbanos”, isto é, famílias que foram expulsas de suas casas pelos traficantes, um fenômeno que vem ocorrendo, para além das favelas, em conjuntos habitacionais recém construídos.

Como consequência, o governo do estado e do município investem na segurança pública em aumento do efetivo policial e na territorialização de equipamentos de segurança, por meio de políticas ditas “comunitárias” e “inovadoras”. A nível estadual, tem-se o programa “Pacto por um Ceará Pacífico” que “opera a partir de políticas públicas interinstitucionais de prevenção social e segurança pública” (Ceará Pacífico, 2015), e tem sua materialização no território a partir das Unidades Integradas de Segurança (UNISEGS), que tem como objetivo a integração das polícias e o maior patrulhamento nos bairros. Já a nível municipal, tem-se a implementação do Plano Municipal de Proteção Urbana (PMPU) com a instalação de torres de segurança e de câmeras de vídeo nos bairros com os mais altos índices de homicídios, criando um “cinturão de segurança” que controla as vias de entrada e saída de Fortaleza.

Assim, o objetivo desse artigo é compreender as correlações entre o planejamento urbano de Fortaleza - pautado em “negócios urbanos”, com a utilização constante de Parcerias Público Privadas (PPPs) e de projetos voltados para o turismo -, e os programas de segurança pública, que a nível estatal e municipal estão focando na ostensividade policial e na territorialização de equipamentos. Essa relação é evidenciada a partir de duas questões primordiais: de um lado da cidade os programas de segurança visam ao benefício do mercado imobiliário e do setor turístico, e do outro visam ao cerceamento social, convertendo o território em instrumento de controle e contenção de determinados segmentos sociais. (WACQUANT, 2003, 2015). Tendo em vista, principalmente, que tais equipamentos estão sendo dispostos estrategicamente na cidade, como ao lado de espaços culturais para a juventude e em áreas de expansão imobiliária.

Como metodologia, esse trabalho foi dividido em três partes, começando com uma discussão acerca da guerra assimétrica nas cidades neoliberais, a partir dos estudos de Stephen Graham (2010), contextualizando a militarização da questão urbana, através de Marcelo Lopes de Souza (2008), nas cidades brasileiras. Em seguida, a aproximação da cidade de Fortaleza, por meio da contextualização dos programas de segurança atuais à níveis estadual e municipal, que seriam respectivamente o “Pacto por um Ceará Pacífico” e o “Plano Municipal de Proteção Urbana”. Por fim, tem-se a análise das correlações entre planejamento urbano e de segurança, a partir do mapeamento dos equipamentos não convencionais de segurança confrontados com os principais processos de planejamento urbano em prática atualmente, além da análise crítica das consequências da intensificação do uso da força policial na cidade, principalmente nas periferias urbanas, e seus impactos na sociabilidade dos moradores.

## A GUERRA ASSIMÉTRICA NAS CIDADES NEOLIBERAIS

As soluções de segurança emergem como alternativa aos problemas sociais complexos das grandes cidades - que incessantemente são tratadas como problemáticas por seus gestores e pela própria população. Assim, as ideias de violência e guerra são continuamente associadas aos espaços urbanos cotidianos. Por conseguinte, medidas de seguridade e de controle são adotadas em diferentes níveis da vida urbana, seja nos grandes complexos empresariais e institucionais, seja nos edifícios habitacionais e nos espaços de lazer. Entretanto, esse processo acontece de maneiras e intensidades diferentes nas cidades do mundo:

“Enquanto cidades de relativa igualdade, como as da Europa ocidental continental, tendem a oferecer uma sensação de segurança, sociedades altamente desiguais são com frequência, marcadas pelo medo, por altos níveis de crime e violência e pela militarização cada vez mais intensa. O predomínio de modelos neoliberais de administração nas últimas três décadas, combinado com a difusão de modelos punitivos e autoritários de policiamento e controle social, exacerbou as desigualdades urbanas. Como resultado, os pobres da cidade são muitas vezes confrontados com a redução nos serviços públicos, de um lado, e uma palpável demonização e criminalização, do outro.” (GRAHAM, 2010, p. 52)

Assim sendo, é no contexto das cidades neoliberais - territórios de ampla acumulação capitalista e principais “campos de batalha” atuais - que são difundidos os mecanismos militares de guerra a fim de conter a crescente violência urbana. Equipamentos como drones, GPS e sistemas de controle como o de biometria, utilizados inicialmente em territórios em guerra, tornam-se de uso habitual na sociedade. Para além disso, as armas não letais também são utilizadas pelas polícias como instrumentos de coerção de determinados agentes sociais – esses considerados suspeitos e perigosos –, sob o argumento de contenção de manifestações sociais, de atividades tidas como desordeiras da juventude da periferia e de controle dos confrontos entre torcidas organizadas. Em suma, as táticas de guerra se introduzem nas cidades a fim de refrear a guerra assimétrica ou de baixa intensidade (GRAHAM, 2010).

A securitização da vida urbana torna frequente os debates militarizados entre a população e as instituições, impregnando os discursos com o uso da guerra como metáfora. É comum ver nos programas policiais e nos discursos políticos, a fala exagerada sobre o combate à guerra às drogas e ao crime, principalmente nos países sul americanos e nos Estados Unidos. Nos países Europeus, esse discurso se estende à guerra ao terror, na qual, conforme a crítica Graham (2010), alguns autores de visão maniqueísta defendem a ideia de que a imigração deve ser considerada um ato de guerra a ser contido.

Associados a esses discursos, têm-se a elaboração dos perfis suspeitos, a partir da identificação de indivíduos, locais, comportamentos, associações e grupos que sejam supostamente relacionados com violência, desordem ou resistência contra as ordens

geográficas dominantes que sustentam o capitalismo neoliberal global (GRAHAM, 2010, p. 28). Com isso, os cidadãos devem provar sua legitimidade caso queiram viver tranquilamente na cidade, o que nem sempre acontecerá de maneira pacífica. Visto que os responsáveis pelos aparelhos estatais de segurança têm um perfil formado sobre quem é o outro perigoso, baseado no racismo estrutural que impregna as cidades, tendo como consequência o abuso de poder contra essas pessoas.

### **Contexto brasileiro: a militarização das cidades e institucionalização do racismo**

Baseado nos estudos do geógrafo Marcelo Lopes de Souza, a militarização da questão urbana no Brasil, em sentido estrito, teve início em meados da primeira metade dos anos 1990. Entretanto, considerando-se a referida militarização em sentido amplo, esse processo se iniciou bem antes. Estritamente, a militarização consiste “no envolvimento das Forças Armadas em assuntos de segurança pública, para exercer funções de polícia” (SOUZA, 2012, p. 175). Já em sentido amplo essa “militarização da questão urbana” representa, conforme o autor (2012, p. 175):

“A utilização crescente de “soluções” bélicas (explicitamente repressivas ou mesmo “preventivas”, mas restritas ao emprego de dispositivos de controle), seja pelo aparelho de Estado (aumento do efetivo policial, modernização de equipamentos de policiamento, etc.), seja pelo capital privado (mas, geralmente, envolvendo o papel regulatório do Estado: “condomínios exclusivos”, firmas particulares de vigilância, etc.).”

Esse processo de ampliação da militarização da questão urbana nas cidades brasileiras, associadas a um sistema penal baseado no encarceramento em massa e em políticas públicas sem continuidade, faz com que os principais atingidos dessas políticas securitizadas sejam jovens negros das periferias urbanas. Assim, entende-se que, como a violência acontece de maneira distinta no território, em espaços segregados ela reflete características similares as prisões, que seriam: estigma, coação, confinamento territorial e segregação institucional (WACQUANT, 2003).

No Brasil, o excedente de violência associado ao sistema penal e aos conflitos territoriais refletem uma taxa de homicídio de 30 mortes por 100 mil habitantes. Dados do Atlas da Violência (2017) revelam que a cada 100 pessoas que sofrem homicídio no Brasil, 71 são negras. Ademais, desconsiderando aspectos como idade, sexo, escolaridade, estado civil e bairro de residência, os negros têm 23,5% mais chances de sofrerem assassinato, e correspondem aos 78,9% que pertencem aos grupos dos 10% com mais chances de serem vítimas fatais. Já de acordo com os dados do Atlas da Violência de 2018, entre 2006 e 2016 houve um aumento de 23,1% na taxa de homicídios de negros, enquanto a de indivíduos não negros diminuiu 6,8%. Além disso, o número de homicídios de mulheres negras foi 71% maior que o de mulheres brancas. Portanto, é notório que a questão racial no Brasil, mais que identitária, constitui um indicador social. Convergindo com essa ideia, a reportagem da Carta Capital caracteriza o Brasil como “o país mais perigoso para negros e defensores dos direitos humanos”:

“No Brasil, a cada 23 minutos um jovem negro é morto, de acordo com o Mapa da Violência, da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso). O relatório de 2018 da Anistia Internacional também aponta para o alto risco de vida para o qual os ativistas de direitos humanos estão expostos. Em 2016, o país teve mais de um defensor assassinado a cada cinco dias no país e a mesma estatística no primeiro semestre de 2017. Os assassinatos de mulheres negras cresceram 22%, entre 2005 e 2015, sendo que no mesmo período, a mortalidade de não negras caiu 7,4%” (CARTA CAPITAL, 15/03/2018).

Além disso, o país possui hoje a terceira maior população carcerária do mundo (gráfico 1), com mais de 726 mil presos até 2016. Os números atuais revelam que da década de 90 até hoje houve um aumento de 707% na população prisional brasileira (gráfico 2), com uma taxa de aprisionamento atual de 352 presos para cada 100 mil habitantes. De maneira análoga, se a população carcerária do Brasil correspondesse a uma cidade, ela estaria entre os 25 municípios mais populosos do país. Excetuando-se as capitais, estaria entre os 10 mais populosos (IBGE 2010).

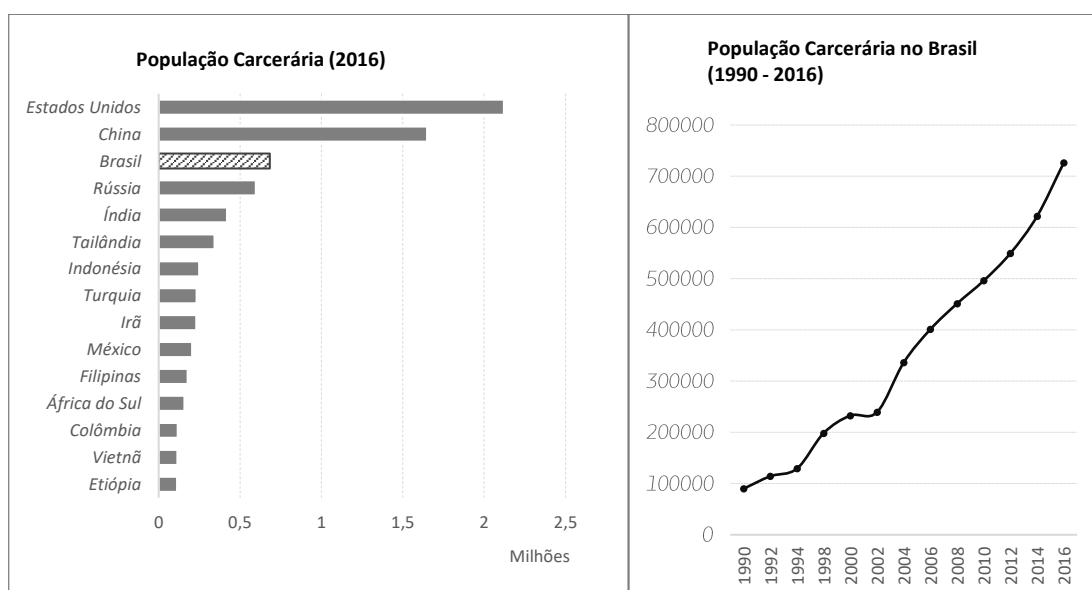


Gráfico 1 – População Carcerária 2016 (fonte: World Prison Brief)

Gráfico 2 – População Carcerária no Brasil (1990-2016) (fonte: World Prison Brief, Ifopen 2016)

Em uma suposta guerra ao crime organizado, investe-se em uma polícia com armamento ostensivo, com base em um programa de segurança de ocupação de áreas vulneráveis, assim como no encarceramento em massa. Desse modo, por mais que não esteja em um contexto de guerra, os gestores nos diferentes níveis governamentais no Brasil insistem na militarização da questão urbana como solução ao problema de segurança pública, apresentando números altíssimos de homicídios e de população encarcerada.

A título de exemplo da militarização nas grandes cidades brasileiras, tem-se o cenário de guerra instaurado no Rio de Janeiro com as Forças Armadas e todo o seu aparato policial, que ocupam as favelas da cidade carioca e afetam o cotidiano dos moradores, os quais vivem sobre constante vigilância. O Estado exerce legalmente a violência nos territórios vulneráveis

em prol de uma guerra às facções criminosas. De acordo com Franco (2014, p. 43), essa é uma política de exclusão, punição e controle dos pobres, principalmente dos jovens negros:

“A forma como a polícia militarizada do Brasil trata jovens negros, pobres, como inimigos em potencial do Estado de Direito precisa produzir uma impressão, na população, de que está em jogo a defesa de todos. Ou seja, produz no imaginário social a diferenciação de classe e a diferenciação racial, uma vez que são justificadas as incursões que vitimam o público descrito acima”.

Como uma atualização do conceito de biopolítica cunhado por Foucault, que caracteriza o “domínio da vida sobre o qual o poder tomou controle”, a necropolítica faz referência às formas contemporâneas que submetem populações à condição de “mortos-vivos” (MBEMBE, 2016, p. 146). Já o racismo regula a distribuição da morte e possibilita as funções assassinas do Estado (IDEM, 2016, p. 128). Ou seja, em termos foucaultianos, o racismo é “a tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder”, sendo uma das primeiras instâncias de experimentação biopolítica. Conclui-se, então, que a passagem da biopolítica à necropolítica revela-se para além dos cenários propriamente em guerra. No Brasil, particularmente com o conflito relacionado ao tráfico de drogas e com a militarização urbana, os números de homicídios tendem a aumentar, principalmente por que não se consideram políticas públicas integradas que visem à melhoria dos territórios vulneráveis. Dessa maneira, os principais atingidos, como explicitado com os dados do Atlas da Violência, são os jovens negros moradores da periferia.

## FORTALEZA: CIDADE COMPETITIVA E APAVORADA

A produção do espaço em Fortaleza, nos últimos anos, evidencia o processo de financeirização do desenvolvimento urbano, a partir da priorização de grandes projetos urbanos frente aos processos democráticos de planejamento, além das flexibilizações na legislação urbanística que favorecem o mercado imobiliário. Esse processo se apresenta de maneira mais acirrada nos anos que precedem a Copa Mundial de 2014, período no qual são viabilizados projetos de grande impacto social e territorial, a exemplo do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), que ainda hoje traz consequências negativas aos moradores do entorno imediato das obras, visto que essas ainda não foram concluídas.

Alguns casos são importantes de se visibilizar nos atuais processos de planejamento urbano local, dentre eles: a revisão da Legislação de Uso e Ocupação do Solo (LUOS), o lançamento do planejamento estratégico Fortaleza 2040, o programa Fortaleza Competitiva, e, no âmbito estadual, o Ceará 2050. Além da questão das PPPs que, por meio das Operações Urbanas Consorciadas (OUCs) e das Outorgas Onerosas, se mostraram como instrumentos urbanos do Plano Diretor Participativo (PDPFOR) prioritários à regulamentação por parte dos gestores municipais, caracterizando Fortaleza como “o paraíso da flexibilização” (Rosa et al, 2018: 94).

Além disso, em 2017, por meio da política federal de concessões aeroportuárias, o Aeroporto Internacional Pinto Martins foi cedido à iniciativa privada, com administração da empresa alemã Fraport. Essa concessão, juntamente com a política local “Trinca dos HUBs”, que favoreceu a instalação do HUB Air France/KLM – GOL, foi responsável pelo aumento de voos internacionais para a região. O que gerou a expectativa do incremento do turismo no estado. Assim, a cidade tem convivido com uma diversidade de obras de infraestrutura, que reúnem desde a requalificação da orla até a reestruturação viária<sup>2</sup>.

Todavia, se por um lado Fortaleza se apresenta como uma cidade de oportunidades, principalmente, ao mercado imobiliário, ao turismo e aos investidores estrangeiros. De outro, a cidade se apresenta como “a capital mais violenta do país”. Os últimos cinco anos em contabilizaram casos que chocaram e sensibilizaram a população, e que tiveram como maior consequência o aumento da sensação de insegurança urbana. Os números oficiais são alarmantes, reforçando o imaginário de que a insegurança se dissemina homoganeamente em todo o território fortalezense, entretanto eles não traduzem a situação conflituosa em determinados bairros da cidade. Ou seja, nos bairros periféricos e nos assentamentos precários que, em meio a tantas vulnerabilidades, tornaram-se zonas de disputas constantes das facções criminosas.

Em 2017, Fortaleza foi apontada no levantamento de homicídios a nível mundial da ONG mexicana “Seguridad, Justicia y Paz” como a sétima cidade mais violenta do mundo e a segunda capital mais violenta do Brasil, atrás somente de Natal (RN). Os dados do Atlas da Violência divulgado neste ano de 2018, trazem mais número acerca da problemática. Por exemplo, 50% das mortes violentas do país ocorreram em 123 municípios, desses, 4 são cearenses: Fortaleza (55), Caucaia (61,1), Maracanaú (95), Juazeiro do Norte (52,2). Acrescenta-se a esses dados o Índice de Homicídios na Adolescência (IHA) de 2014, no qual o Ceará ocupa a primeira posição entre as unidades da federação, com uma taxa de 8,71 adolescentes perdidos a cada grupo de 1.000 habitantes. Sendo, junto com Alagoas, os únicos estados com índice superior a 8. Entre as capitais, Fortaleza aparece também na primeira posição, com um índice de 10,94, segundo o relatório o índice é três vezes maior que a do conjunto do país. Considerando os municípios com mais de 200 mil habitantes, Fortaleza assume a terceira posição, atrás das cidades de Serra (ES) e Itabuna (BA).

Esses índices se apresentam enquanto reflexo da consolidação e territorialização do crime organizado na região. Apesar de existirem há pelo menos 20 anos, nunca houve uma interferência eficaz na dinâmica dessas facções, o que ajudou na sua consolidação nos presídios e nas comunidades cearenses. Visto que, por muito tempo o estado negou a presença dos grupos no Ceará. Principalmente, devido à diminuição dos homicídios em 2016, que se para o Estado era resultado das políticas de segurança pública, para os moradores das periferias, foi resultado de um período conhecido como “pacificação” entre as facções.

---

<sup>2</sup> A reportagem “Fortaleza: uma cidade que convive com grandes obras em andamento” veiculada no jornal local O Povo discrimina as obras que estão sendo realizadas na cidade. Dentre eles, pode-se destacar a obra do aeroporto, realizada a partir da Fraport (empresa alemã que é atual responsável pela administração do equipamento), a duplicação da CE-025 fruto de reivindicação do setor imobiliário e dos donos de imóveis no Porto das Dunas e a requalificação da Beira-Mar e a obra da Vila do Mar que tem como objetivo a reestruturação da orla fortalezense. Fonte: <https://www.opovo.com.br/jornal/reportagem/2018/11/uma-cidade-que-convive-com-grandes-obras-em-andamento.html> (acesso em: 28/11/2018)



É nessa conjuntura que são implementados dois projetos importantes no âmbito da segurança pública, o “Pacto por um Ceará Pacífico” e o “Plano Municipal de Proteção Urbana” (PMPU), respectivamente, à nível estadual e municipal. Como ambas são pautadas na territorialização de equipamentos de segurança e no maior policiamento nos bairros, torna-se importante compreender como a disposição desses equipamentos se articula com os processos de planejamento urbano em andamento em Fortaleza.

## A “INOVAÇÃO” NA SEGURANÇA PÚBLICA DE FORTALEZA

Os governos estaduais são os principais responsáveis pela segurança pública, o que quer dizer que é no nível estadual que as políticas de segurança para as cidades são determinadas. Então, é de responsabilidade do Estado a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros Militar, assim como a administração das prisões. A nível municipal, apesar de não ser o principal, a prefeitura deve contribuir para zelar a segurança pública a partir do nível preventivo. Ou seja, por meio do planejamento urbano, da oferta de serviços e infraestruturas, de políticas públicas em geral. Além de que, o município também pode fazer uso de guardas municipais para a proteção de bens, serviços e instalações<sup>3</sup>.

Em Fortaleza, a partir da análise dos programas de segurança pública, percebe-se uma dicotomia em relação à essas atribuições, visto que a nível municipal o preventivo vem sendo caracterizado no sentido de “prever o delito” e evitá-lo, e não no sentido de garantir que as vulnerabilidades sociais sejam um fator determinante para a proliferação do crime na cidade. Em virtude disso, investe-se na militarização do espaço urbano, no armamento de guardas municipais e na territorialização de equipamentos de segurança que utilizam câmeras e drones para a vigilância de determinados bairros da cidade.

Em suma, a resposta do estado ao aumento da criminalidade se dá com “mudanças na legislação penal, modernização e o reaparelhamento policial e com o aumento da oferta de vagas no sistema penitenciário” (ADORNO, 1994, p. 115). O recrudescimento da segurança pública será percebido inclusive à nível municipal, com a construção de torres de segurança, conhecidas como “células comunitárias”, por meio do Plano Municipal de Segurança Pública (PMPU) na gestão do prefeito Roberto Cláudio, e concebido pelo seu vice Moroni Torgan. Ou seja, o preventivo também passa a ser abordado como uma questão de vigilância e policiamento constantes.

### O programa “Pacto por um Ceará Pacífico”

O “Ceará Pacífico” consiste em uma política pública no âmbito da segurança da atual gestão estadual do governador Camilo Santana (PT), anunciado em 2015 a partir do declínio do programa “Ronda do Quarteirão”<sup>4</sup>. O programa, inspirado em políticas de segurança

---

<sup>3</sup> Parágrafo 8º do art. 144 da Constituição Federal de 1988.

<sup>4</sup> O Ronda do Quarteirão consistiu em uma política de segurança pública da gestão do governador Cid Gomes (2007-2015). A metodologia do programa era baseada no policiamento comunitário, através de uma equipe de 12 policiais divididos em três turnos de oito horas. Assim, os policiais eram dispostos em viaturas e motocicletas fazendo a ronda de um perímetro de até 3km, com o intuito de que o tempo de resposta de cada equipe fosse de até 5 minutos.

externas (como a experiência colombiana), tem como premissa a “formulação e implementação de estratégias de prevenção e enfrentamento da violência a partir de uma perspectiva sistêmica, baseado no conceito de segurança cidadã” (CEARÁ PACÍFICO, VOL. 03, 2015, p. 7). O principal marco do Ceará Pacífico tem sido a implementação das Unidades Integradas de Segurança (UNISEGS), que em Fortaleza subdividem a cidade em 25 áreas de segurança, para além da divisão já existente em 9 Áreas Integradas de Segurança (AIS) (Imagem 1). Assim, em cada nova zona que se implementa uma UNISEG aumenta-se o efetivo policial por área.

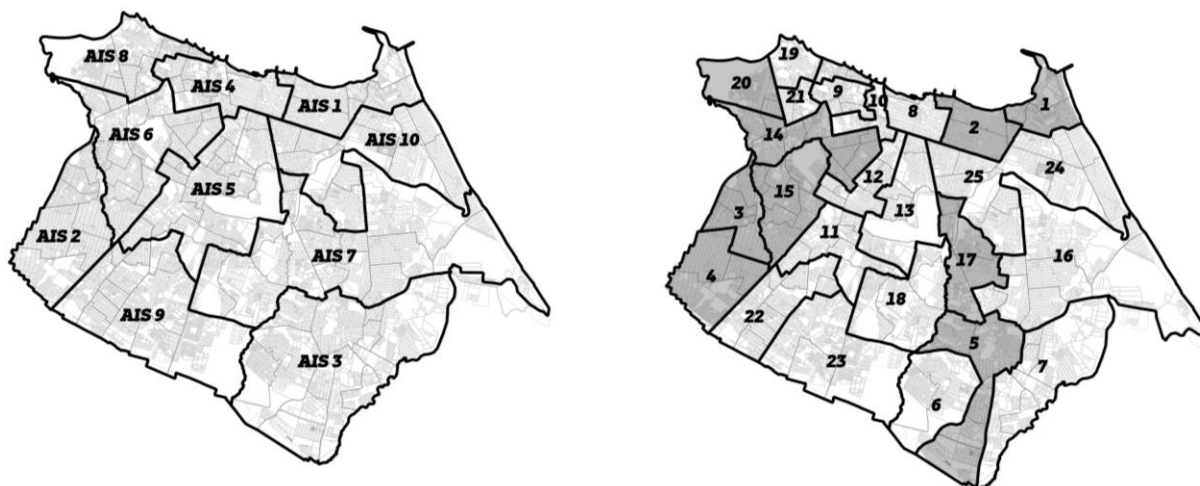


Imagem 1 – Mapas ilustrativos com a divisão em AIS e em UNISEGS, respectivamente. Fonte: realizado pela autora

O plano é dividido em três volumes, sendo o primeiro uma análise de experiências internacionais e nacionais no âmbito de segurança pública, o segundo uma ementa com dados sobre o cenário da violência no Brasil e no Ceará, e o terceiro, nomeado “Ceará Pacífico em Ação”, reúne as diretrizes e os eixos de intervenções. No diagnóstico do plano é evidenciado que as taxas de homicídios são mais altas entre a população jovem do sexo masculino, negra e com baixa escolaridade. Ademais, a análise para Fortaleza demonstra que “os homicídios, ao contrário dos roubos, são mais presentes em bairros deficitários em infraestrutura, mais pobres, com maior densidade domiciliar e maior taxa de analfabetismo” (CEARÁ PACÍFICO, VOL. 03, 2015, p. 9)

A partir desse diagnóstico, a cidade de Fortaleza foi dividida em 25 áreas de implantação das UNISEG, a fim de ampliar a área de atuação dos policiais civis e militares. As intervenções, então, são divididas por níveis e eixos. Os níveis de intervenções envolvem atuações urbanas, setoriais (serviços públicos), comunitárias, culturais, educacionais, trabalho e renda e comunicação. Enquanto os eixos dividem-se em quatro: projetos estruturantes (com ações em todo o município), pacote básico de ações territoriais (intervenções com base nos níveis descritos acima que podem ser replicados), planos de ação territorial (ações a partir das secretarias municipais) e projetos agregados (projetos de instituições e sociedade civil que se vinculam ao Ceará Pacífico). Entretanto, as únicas políticas realmente detalhadas no plano são as de segurança, enquanto para os outros setores optou-se por não incluir as pautas na matriz lógica do plano para não “securitizá-las”. Dessa maneira, a “visão multifacetada” do programa torna-se falha, a partir do momento que essas ações não são pensadas conjuntamente.

## O Plano Municipal de Proteção Urbana

O Plano Municipal de Proteção Urbana (PMPU) é anunciado em 2017, à nível municipal, enquanto um programa preventivo baseado em uma polícia cidadã. Idealizado por Moroni Torgan<sup>5</sup>, atual vice-prefeito de Fortaleza, o plano tem como premissa a ação preventiva, ou seja, que tem o intuito de evitar a ocorrência de qualquer ato ilícito. Com isso, foi difundido que, para além das medidas de “vigilância sistemática, eletrônica e ostensiva”, o plano também contaria com ações sociais, educativas e urbanísticas, divididas em três escalas de prevenção (tabela 1).

	Ações
<b>Prevenção Primária</b>	Urbanização, lazer e iluminação.
<b>Prevenção Secundária</b>	Iniciativas culturais, educativas, esportivas e terapêuticas, assim como ações na área social, na geração de emprego e renda.
<b>Prevenção Terciária</b>	Vigilância eletrônica e ações de patrulhamento, envolvendo também a vigilância comunitária através de um aplicativo, une a população aos esforços da guarda e da polícia.

Tabela 1 - Ações PMPU, fonte: Prefeitura de Fortaleza (2018)

Entretanto, as já implementadas e divulgadas na única apresentação veiculada do plano, dizem respeito à “prevenção terciária”, ou seja, à vigilância e ao aumento do efetivo policial nos bairros. Essa medida é materializada a partir de “torres de segurança” (imagem 1 e 2) estrategicamente construídas no espaço urbano, como o modelo panóptico de Bentham.



Imagem 1 – Fonte: Kid Júnior/Diário do Nordeste



Imagem 2 – Fonte: Mauri Melo/O Povo

A partir dessas torres são delimitados raios de patrulhamento policial: 3 quarteirões guardas municipais em bicicleta, 9 quarteirões guardas municipais em motos, 14 quarteirões policiais militares em motos (imagem 3). Também são traçadas vias para a instalação de câmeras de segurança, que são complementadas com o uso de drones (imagem 4).

<sup>5</sup> Moroni Torgan, atualmente filiado ao Democratas (DEM), é gaúcho com formação na Polícia Federal, foi um dos escolhidos, no Governo das Mudanças, a compor uma cúpula dirigente externa ao Estado do Ceará que tinha o intuito de superar a conjuntura desfavorável de deterioração das relações internas nos órgãos de segurança pública (BARREIRA, 2004, p. 79).

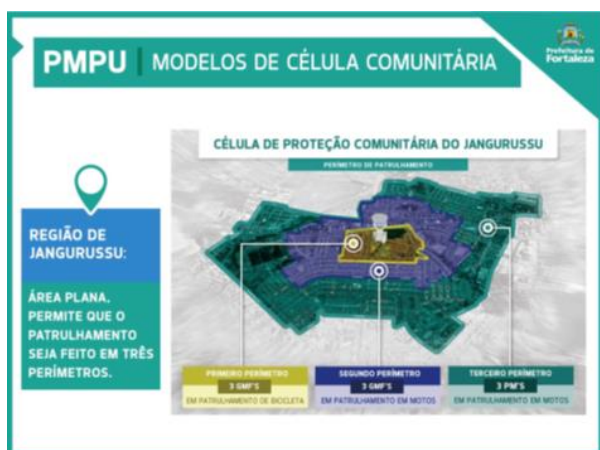


Imagem 3 – Apresentação PMPU - Fonte: Prefeitura de Fortaleza (2018)

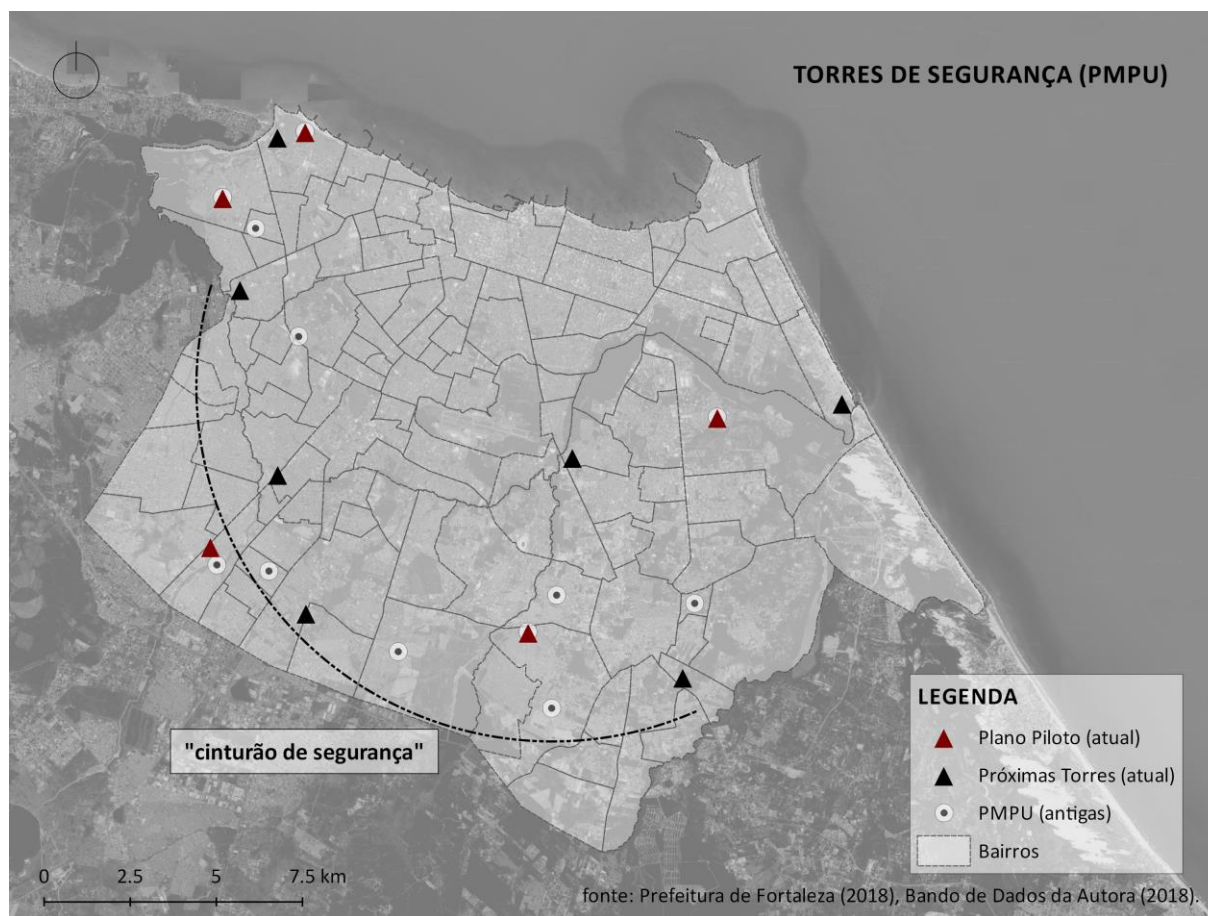


Imagem 2 – Fonte: Prefeitura de Fortaleza (2018)

A primeira apresentação do programa dizia que este foi criado em sintonia com o mapa da violência da cidade de 2016, assim os bairros priorizados seriam os 10 com o maior número de homicídios no referido ano: Jangurussu, Barra do Ceará, Granja Lisboa, Barroso, Mondubim, Vicente Pizón, Floresta, Planalto Ayrton Sena, Pici e Bom Jardim (Mapa 1). Todavia, as localizações das células de proteção comunitária não contemplariam todos esses bairros.

Já no ano de 2018, por meio dos jornais locais, foram divulgadas outras regiões a serem implementadas as torres até julho de 2018, como por exemplo no Edson Queiroz (Dendê). Assim, os veículos midiáticos traziam informações acerca dos bairros escolhidos que não condiziam com as premissas da primeira apresentação.

Então, após a instalação de duas torres (Jangurussu e Goiabeiras), foi realizada uma nova apresentação, na qual eram expostas cinco áreas como um projeto piloto, escolhidas através de “avaliação e pesquisa, levantando as localidades mais vulneráveis à violência”. A partir do “sucesso” da instalação dos projetos pilotos, foi aprovada a construção das próximas, que formariam um “cinturão de segurança” na cidade, em mais dez localidades para além das já concluídas: Barra do Ceará, Canindezinho, Vila Velha, Dendê, Mister Hull, Bonsucesso, Mondubim, Tancredo Neves, Caça e Pesca e CE-040 (Mapa 1). Desse modo, já foram lançadas cinco células de proteção comunitária, e acredita-se que até o próximo ano as “torres estratégicas” estarão construídas em duas BRs e cinco CEs.



Mapa 1 – Localização das Torres de Segurança (PMPU) – fonte: mapa realizado pela autora

Com isso, o plano não se apresenta como algo realmente novo. Mas sim como mais um programa de ostensividade policial implementado em favelas e em assentamentos precários com o intuito de exercer um poder disciplinador nessas zonas. Afinal, depois de tudo o que já foi exposto temos a questão social e racial bastante evidentes nas relações de poder entre as instituições de segurança e a sociedade.

Parafraseando Foucault, este é o efeito mais importante das torres de segurança do PMPU: induzir nos moradores um estado consciente e permanente de visibilidade que assegurando o funcionamento automático do poder. Esse poder que, idealizado por Bentham, assume um caráter visível e inverificável:

“Visível: sem cessar o detento terá diante dos olhos a alta silhueta da torre central de onde é espionado. Inverificável: o detento nunca deve saber se está sendo observado; mas deve ter certeza de que sempre pode sê-lo” (FOUCAULT, 2013, p. 191).

O PMPU então surge nesse contexto de aumento do número de homicídios em Fortaleza que não são investigados com afinco pelos setores responsáveis. Caracterizando-se como uma política de segurança pautada no controle das favelas e dos assentamentos precários em detrimento das reformas graduais e profundas, baseadas em políticas públicas integradas, que realmente democratizem direitos.

## CORRELAÇÕES ENTRE PLANEJAMENTO URBANO E SEGURANÇA PÚBLICA

A territorialização de equipamentos não convencionais de segurança pública em Fortaleza demonstra alguns conflitos com a produção da cidade que vem sendo baseada no desenvolvimento de “negócios urbanos”. Ou seja, há uma prevalência na utilização de instrumentos que beneficiam o mercado imobiliário, em detrimento da utilização de instrumentos urbanos que favoreçam o planejamento progressista da cidade de enfrentamento às vulnerabilidades sociais. Como imaginar, portanto, que uma cidade, direcionada para fins de acumulação capitalista, vá conseguir mitigar os problemas causados pela violência urbana por intermédio de policiamento ostensivo?

Nesse contexto, é essencial compreender a forma com a qual os equipamentos de segurança se relacionam com o desenvolvimento da cidade a partir do momento em que em algumas áreas, ele visa ao aumento da sensação de segurança a fim de beneficiar principalmente o turismo, enquanto em outras áreas ele assume uma posição de controle de conflitos relacionados ao tráfico de drogas.

Segundo o “trade turístico” do Ceará, a segurança pública é o principal entrave em como é retratada a imagem da região para o exterior. Entretanto, ainda não se pode dizer que esses problemas afetam, de fato, os corredores turísticos:

“O presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Ceará (ABIH-CE), Eliseu Barros, reforça que até o momento a crise da insegurança não chegou com mais força aos corredores turísticos. As principais ocorrências aos visitantes ainda são de furtos e roubos. Mas reconhece que a repercussão das chacinas e ataques ao transporte público trazem danos à imagem do Ceará lá fora. “A informação que a gente tem dos parceiros é que as vendas caíram de 20% a 30% por conta destas notícias, mas, aos poucos, e com as medidas que estão sendo anunciadas pelo Governo, a exemplo do Centro de Inteligência, de mais policiamento nas ruas, as coisas estão acalmando. Só que o resultado tem de chegar”, considera”. (O POVO, 29/04/2018)

A primeira medida adotada entre o setor turístico e o de segurança pública foi em 2015, com a instalação de um container como base policial na Beira-Mar, já representando a preocupação do setor com a violência urbana:

“Um novo modelo de posto policial será instalado na Avenida Beira-Mar. Dentro de um container, o posto funcionará 24 horas por dia e servirá de base fixa para a Polícia Militar na orla da Capital. O primeiro será instalado em frente ao Náutico e foi adotado pela Associação Brasileira da Indústria de Hotéis Ceará (ABIH-CE).” (DIÁRIO DO NORDESTE, 20/08/2015)

Além disso, nesse mesmo ano, é construída uma nova sede do Batalhão de Policiamento Turístico na Beira-Mar (BPTur), visando ao aumento do policiamento na região, sendo uma medida adotada em consonância com o projeto de revitalização da região. Em 2018, anunciou-se a colocação de mais um container de policiamento 24 horas, agora em um trecho da Praia de Iracema conhecido popularmente como “Praia dos Crush”, em uma demanda que surge, também, como parte de um projeto de revitalização e ocupação urbana da Praia de Iracema.

Outro aspecto a ser considerado, é a construção da nova sede do Batalhão de Polícia de Choque (BPChoque) da Polícia Militar do Ceará (PMCE) na Praia do Futuro, região também bastante visitada pelos turistas. A obra foi realizada em parceria com o grupo M. Dias Branco, através da Dias Branco Administração e Participação (Dibra), que cedeu um terreno na região de aproximadamente 10.000m<sup>2</sup> e investiu cerca de R\$ 15 milhões no projeto. Nas proximidades do terreno cedido para ao BOPE, a Dibra tem construídos dois condomínios de alto padrão, o Alto das Dunas, e já possui um terreno reservado para a construção de um novo condomínio. Segundo a página da internet dos condomínios, eles são valorizados pela sua “localização privilegiada”:

“Próximo de escolas, faculdades, shoppings e, claro, da praia. Essa é a comodidade que o Alto das Dunas oferece. Combinamos conforto, fácil acesso e segurança, tudo em um condomínio clube. Além disso, o Alto das Dunas fica próximo ao futuro Batalhão de Choque da Polícia Militar do Governo do Estado do Ceará.” (Site do empreendimento)

A proliferação de condomínios horizontais e de grandes loteamentos urbanos é caracterizada por Souza (2008) como a “auto segregação das elites”, visto que são empreendimentos baseados nas ideias de conforto, exclusividade e segurança. Segundo o autor:

“Sob a influência do medo, do sentimento de insegurança que se dissemina, morar em casas isoladas e mesmo em prédios de apartamentos que não estejam protegidos pelo aparato de segurança de um verdadeiro “condomínio exclusivo” vai-se apresentando como uma opção cada vez menos atraente em favor do tipo de habitat representado por uma gated community. A organização espacial da cidade se vai, na esteira disso, modificando”. (SOUZA, 2008, p.72)



fonte: site do empreendimento, <https://www.altodasdunas.com.br/>

A nova unidade do BPChoque faz parte do Pacto por um Ceará Pacífico e da plataforma Juntos por Fortaleza, uma articulação entre os níveis estaduais e municipais de governo, visando, também, à atração de investimentos para essa região da orla que é bastante disputada pelo mercado imobiliário. Segundo o governador Camilo Santana:

“Essa é uma das regiões mais procuradas por turistas e também por fortalezenses que, quando procuram a praia, vão para a Praia do Futuro. A escolha desse local é estratégica e vai trazer uma movimentação muito forte de policiais nesta região. A gente já tem reforçado a presença da PM em toda a Praia do Futuro. Todos nós, poder público, iniciativa privada, estamos nos unindo aqui para construir um Ceará mais seguro para o povo cearense”.

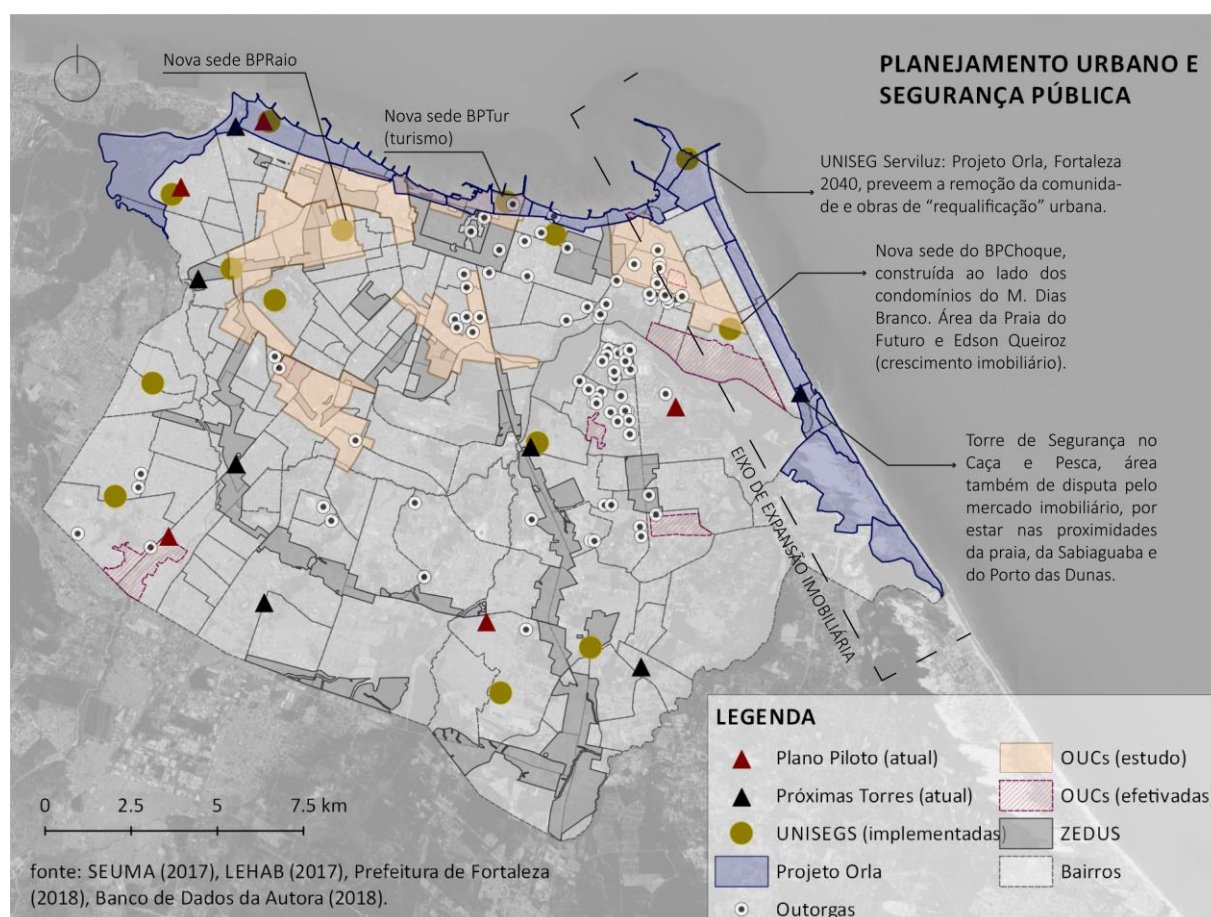
Já para o prefeito Roberto Cláudio, essa medida significa a atração de investimentos imobiliários a partir da articulação com o setor privado:

“Uma das áreas de maior potencial de habitação qualificada é essa área que envolve a Sabiaguaba, Praia do Futuro e vai até o Porto do Mucuripe. Certamente, a presença desse batalhão aqui abre novas possibilidades de investimentos públicos e privados”.



O avanço do maior policiamento a partir da territorialização de equipamentos de segurança articulado com o planejamento urbano posto em Fortaleza nos últimos anos, principalmente a partir dos programas Fortaleza 2040 e Fortaleza Competitiva e com a alteração da LUOS, podem representar um processo de avanço do mercado imobiliário em áreas onde os conflitos com comunidades tradicionais e com moradores pobres são recorrentes. Essa situação se agrava com o fato de que o Fortaleza 2040 está servindo como base para o processo de revisão do Plano Diretor Participativo de Fortaleza (PDPFOR).

Com o mapa a seguir podemos ver que muitos dos equipamentos de segurança vem sendo instalados em áreas que atraem o setor imobiliário, ou seja, ao longo das Zonas Especiais de Dinamização Urbanística e Socioeconômica (ZEDUS), na orla fortalezense, cujo a zona leste vem sendo alvo de disputa pelo setor imobiliário, devido aos grandes terrenos disponíveis e a possibilidade de construção na área agora que o gabarito dos edifícios aumentou devido ao aumento do farol do Mucuripe<sup>6</sup> (Mapa 2).



Mapa 2 – Planejamento Urbano x Segurança Pública – fonte: mapa realizado pela autora

<sup>6</sup> A obra foi realizada através de uma PPP entre a Marinha do Brasil e o Grupo Empresarial J. Macêdo: ““Nós precisamos contribuir para que o crescimento vertical da cidade de Fortaleza seja viabilizado. Essa viabilização vem através da ampliação da altura do farol”, destaca o presidente do Conselho de Administração do grupo J. Macêdo S.A., Amarílio Macêdo. Com o aumento do limite de altura, o grupo pode ampliar a capacidade de armazenamento de trigo com a elevação dos silos da fábrica localizada no Porto do Mucuripe.” Fonte: <https://www.opovo.com.br/jornal/cotidiano/2017/09/tamanho-de-novo-farol-do-mucuripe-permitira-construcoes-mais-altas.html> (acesso em: 27/11/2018)

## **Periferias de Fortaleza: entre o poder estatal e o poder paralelo**

Segundo Marcelo Lopes de Souza (2008), o discurso das cidades violentas mascara o fato de que a segmentação do território envolve processos de exclusões e auto exclusões, caracterizadas pelo autor, respectivamente, como o processo de exclusão das periferias e a disseminação de condomínios fechados. Os dois processos acabam se relacionando com a territorialização das facções criminosas. Nas favelas e assentamentos precários, entretanto, o poder paralelo desafia o controle territorial estatal:

“A territorialização de favelas pelo crime organizado é, assim, um fator de fragmentação sócio político-espacial do tecido urbano e de desordem à escala da cidade como um todo, embora essa desordem represente, ao mesmo tempo, uma nova ordem social e espacial em construção” (SOUZA, 2008, p. 196)

Em Fortaleza, o conflito entre facções criminosas tem a partir do segundo semestre de 2015 o efeito da “pacificação”:

“A narrativa sobre “pacificação” se tornou algo recorrente em diversos bairros que compõem as periferias do município de Fortaleza, capital do estado do Ceará. O fenômeno conhecido como “pacificação” consistiu em um “acordo de paz” ou “trégua” local entre coletivos criminais faccionados nas prisões e nos bairros, sobretudo, da cidade de Fortaleza. Este fato mobilizou principalmente o Primeiro Comando da Capital (PCC), Comando Vermelho (CV), Guardiões do Estado (GDE) e Família do Norte (FDN). Com múltiplos eventos e efeitos, o período de vigência corresponde do segundo semestre de 2015 ao início de 2017. ” (LINS, SILVA, 2018, pag. 82)

Entretanto, o fim desse período é marcado pelo grande número de chacinas, pelo aumento do número de crimes violentos e letais e pela perversidade desses crimes, e também pelo aumento do número de “refugiados urbanos”, famílias expulsas de suas residências pelas facções. Segundo a Defensoria Pública da União (DPU) estima-se que pelo menos 500 pessoas foram expulsas de suas residências de 2017 para 2018, e acredita-se que esse número é subestimado, visto que muitas pessoas não registram a denúncia com medo de represálias<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> “Crime expulsa morador de casa, e Ceará acumula refugiados urbanos”, fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/08/crime-expulsa-morador-de-casa-e-ceara-acumula-refugiados-urbanos.shtml> (acesso: 27/11/2018)



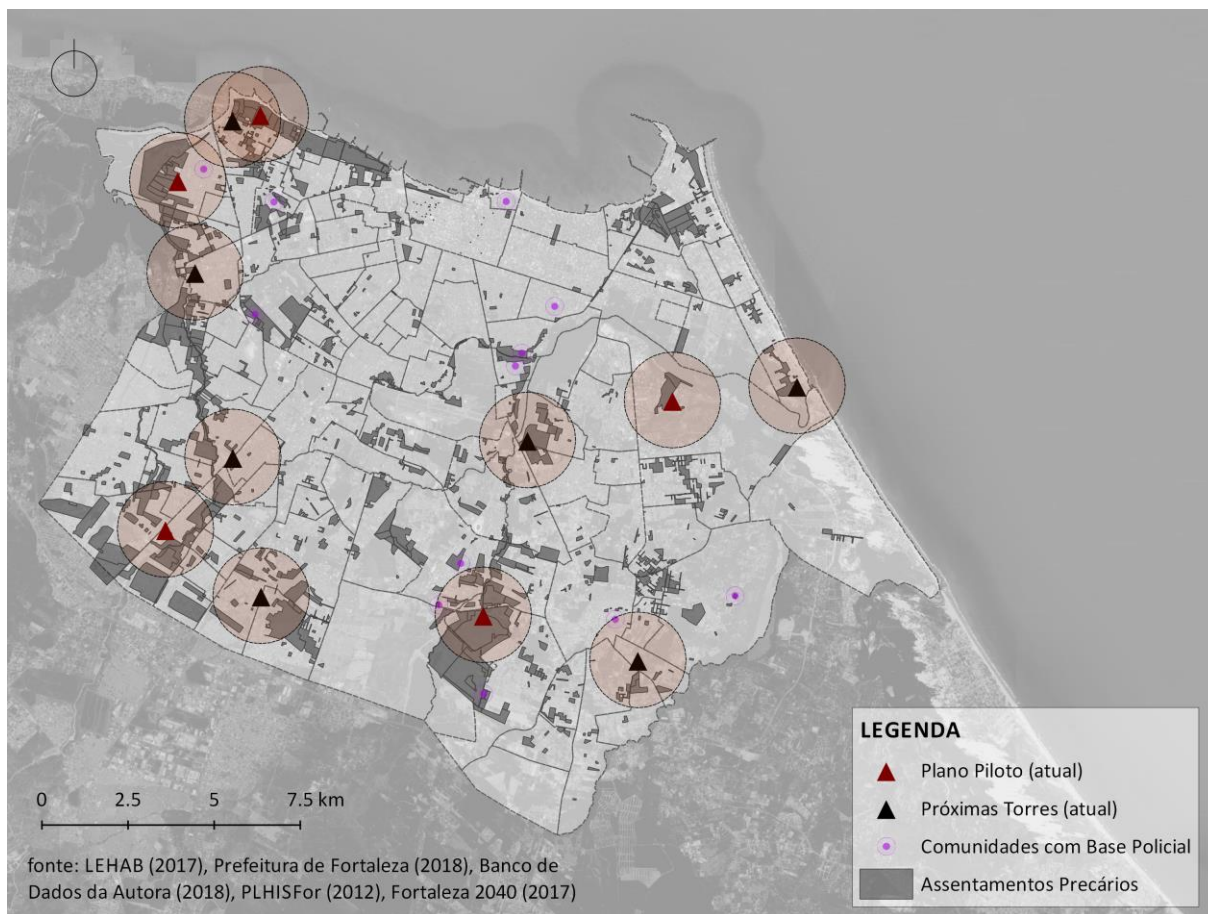
Fonte: Mateus Dantas/O POVO

Registra-se ainda que beneficiários de unidades habitacionais do programa “Minha Casa, Minha Vida” também foram expulsos ou ameaçados de expulsão dos conjuntos, como no caso da comunidade Babilônia (conjunto ocupado no período da Copa Mundial de 2014), do conjunto Cidade Jardim no bairro José Walter e o conjunto Euclides da Cunha no bairro Jangurussu<sup>8</sup>. Como solução, a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) optou por colocar bases policiais nos assentamentos precários e conjuntos habitacionais que estivessem sendo alvo de conflito entre as facções (mapa 3). Essa situação revela como a política habitacional, ausente de uma implantação adequada de equipamentos e de infraestrutura e de um acompanhamento da situação dos moradores facilitam a ação de consolidação dos grupos criminosos.

No mapa a seguir, é possível perceber a área de intervenção das torres de segurança do PMPU. Com um raio máximo de 14 quarteirões, essas torres, juntamente com o sistema de vigilância com câmeras e drones, ocupam uma área considerável de assentamentos precários. Tal situação, desacompanhada de políticas públicas efetivas, visto que não foi detalhado claramente nos planos como seria a atuação desse eixo, podem ter um efeito semelhante à das Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro, que tem como principal efeito o controle constante dos moradores das favelas cariocas.

---

<sup>8</sup> “Pelo menos 133 famílias foram expulsas de casa por facções nos últimos 12 meses em Fortaleza” fonte: <http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/segurancapublica/pelo-menos-131-familias-foram-expulsas-de-casa-por-faccoes-nos-ultimos-12-meses-em-fortaleza/> (acesso: 12/10/2018)



Mapa 3 – Área de Intervenção das Torres de Segurança e comunidades com base policial – fonte: mapa realizado pela autora

A dicotomia evidencia ainda como alguns desses moradores, removidos anteriormente pelo Estado devido às grandes obras de urbanização, também se encontram em situação de vulnerabilidade nos conjuntos produzidos a partir de políticas públicas. Tornando-se, assim, um caso de segurança pública e passando a ser ocupada por diferentes equipamentos de segurança, que resultam no aumento do efetivo policial. Nesse contexto, não se pode esquecer que a violência, mesmo daqueles que deveriam proteger, continua a acontecer principalmente por que se considera o “alvo a ser combatido”:

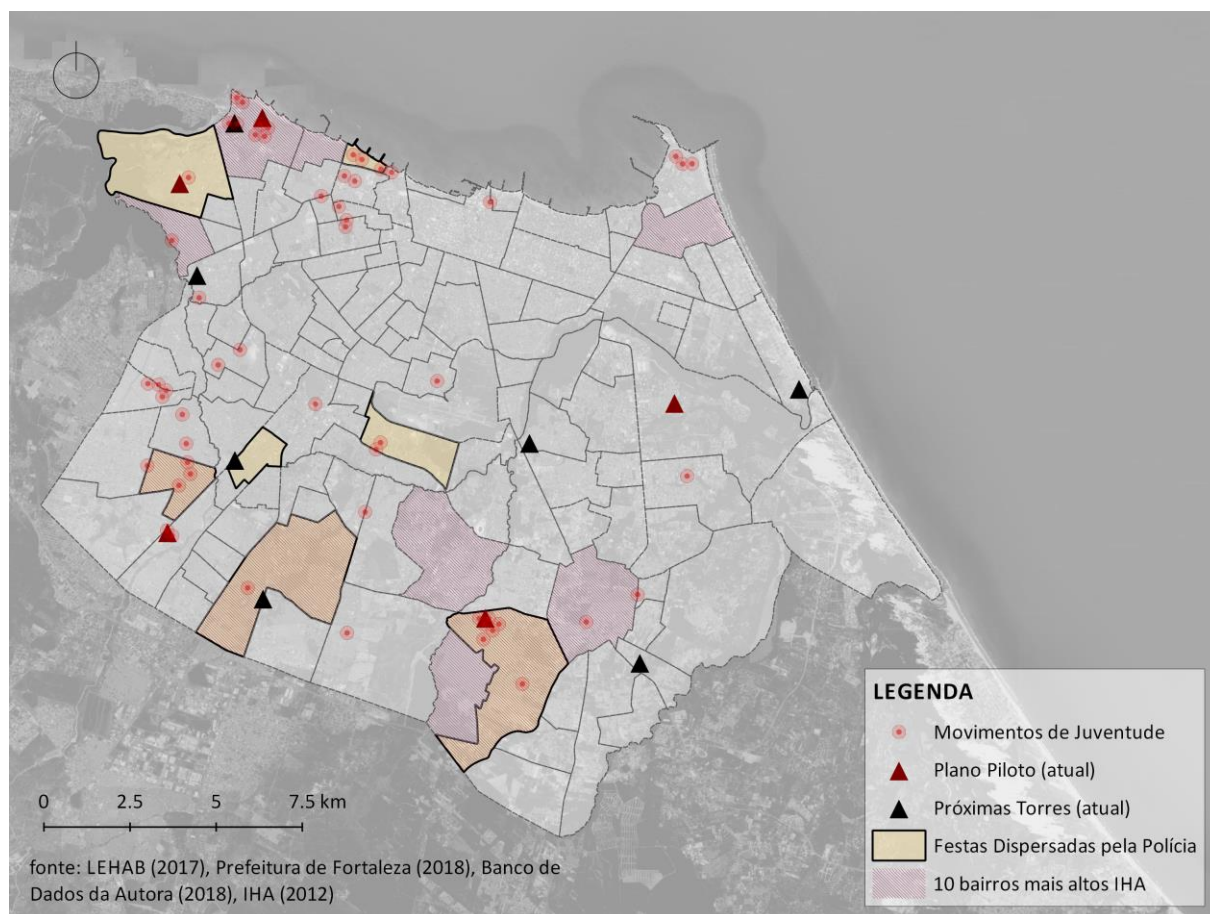
“Penso que a violência é um recurso para criação e gestão de uma ordem social desigual, em que as diferenças podem ser harmonizadas pelo uso indiscriminado da força contra pessoas que ocupam posições subalternas na hierarquia social. Os moradores dos bairros mais pobres são as principais vítimas de violências que envolvem tanto a ação criminosa de pessoas que os vitimam em seus locais de moradia quanto daqueles que, em tese, deveriam os proteger. Isso ocorre justamente porque a violência é o meio escolhido para conter a violência, gerando apenas mais violência e vitimização.” (PAIVA, 2015, p. 275)

Por um lado, a população da periferia torna-se refém das diretrizes de convívio determinadas pelas facções, por outro tem as determinações policiais. Por exemplo, o aumento do efetivo policial tem impacto direto nas atividades realizadas pelos jovens. Em

geral, são reggaes e saraus auto organizados pela juventude da periferia em praças públicas ou nos Cucas - Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte. Muitos desses eventos já foram dispersados pela polícia, em bairros como Pirambu, Mondubim, Bom Jardim, Vila Velha, Serrinha, Vila Peri, Bom Jardim e Jangurussu (mapa 4). Assim como outros, tornaram-se esvaziados, devido a abordagem policial. Em matéria realizada pelo O Povo, uma das organizadoras do Cuca Roots, relata a falha atuação da polícia no evento:

“Com um público de mil pessoas, eles não prenderam ninguém. Abordaram os meninos com fuzil e cassetetes. Essa repressão acontece há tempos, mas antes não havia tanta exposição dos próprios policiais. O que estamos vendo é uma repressão ao que é produzido pela juventude” (Livia Thaís Moraes, 21 anos, articuladora do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente – Cedeca – O POVO 19/06/2016)

Dessa maneira, os jovens, que vêm sendo os maiores acometidos pelos homicídios, não são atingidos de maneira eficaz pela abordagem da “polícia comunitária” ou pelos programas sociais que, em geral, são mais quantitativos do que qualitativos.



Mapa 4 – Movimentos Culturais de Juventude frente aos bairros com festas dispersadas pela polícia e aos com o mais alto índice de homicídio na adolescência – fonte: mapa realizado pela autora

## CONCLUSÕES

A territorialização de equipamentos de segurança pública em Fortaleza, a partir do Ceará Pacífico e do PMPU, evidencia conflitos com a produção da cidade que vem sendo pautada no desenvolvimento de “negócios urbanos”. Assim, cada vez mais o interesse em tornar Fortaleza uma capital internacional, por parte dos setores públicos e da iniciativa privada, demonstra que a segurança pública é um fator determinante a ser considerado.

Nesse contexto, são realizadas parcerias público-privadas, como o caso da construção da sede do BPChoque, que visam à melhoria da segurança frente a construção de condomínios de alto padrão, devido a segurança pública ser considerada um indicador primordial de valorização imobiliária. Com os mesmos interesses que a iniciativa privada, os atuais gestores estaduais e municipais já demonstraram que a melhoria da segurança na zona leste da cidade, mais especificamente na Praia do Futuro e na Sabiaguaba, pode impulsionar a produção imobiliária através da atração de investimentos privados na região, o que já é previsto com o Fortaleza 2040, por exemplo.

Assim, a lógica de planejamento urbana baseada na centralização de investimentos em um mesmo território, é percebida na disposição dos equipamentos de segurança. Como consequência, a garantia da pacificação em determinados assentamentos precários, pode favorecer também essa valorização imobiliária, com o investimento em grandes infraestruturas urbanas, em moradias de alto padrão e em hotelaria.

Todavia, é sabido que Fortaleza necessita de um plano eficaz na área de segurança pública, vide os elevados índices de homicídios, principalmente entre os jovens, relacionados com a consolidação do tráfico de drogas. Percebe-se que os planos vão na contramão do enfrentamento ao problema. Investe-se em programas que reproduzem as mesmas estratégias que já foram adotadas anteriormente, como o caso do Ronda do Quarteirão, que, assim como o Ceará Pacífico e o PMPU, possui a estratégia de patrulhamento em áreas localizadas e na ostensividade policial.

Conclui-se, então, que enquanto a segurança é um indicador de valorização imobiliária e de valorização da imagem de Fortaleza frente ao desenvolvimento turístico, a segurança das periferias, que vivem entre o poder estatal e o poder paralelo do tráfico, continua sendo pautado sob a lógica da ostensividade policial. Dessa forma, torna-se cada vez mais necessária a articulação entre planejamento urbano e segurança pública, assim como a articulação com outros setores de políticas públicas, com a finalidade de agir em áreas que realmente necessitam de intervenção. Assim, entende-se que tanto o planejamento urbano quanto o de segurança, necessitam de medidas progressistas e que realmente atuam no âmbito da prevenção. Por fim, além de garantir condições adequadas de trabalho aos policiais, também deve-se garantir uma polícia comunitária e desmilitarizada, para que a ação em territórios em vulnerabilidade social tenha resultados positivos.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sérgio. Violência, Controle Social e Cidadania: dilemas na administração da justiça criminal no Brasil. In: Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 41, p. 101-127. Coimbra, 1994.
- BARREIRA, César. Em Nome da Lei e da Ordem: a propósito da política de segurança pública. In: São Paulo em Perspectiva, vol. 18, n. 01, p. 77-86. São Paulo, 2004.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo, SP: EDUSP, 2000.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. 41 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- FRANCO, Marielle. UPP – A Redução da Favela a Três Letras: Uma análise da política de segurança do Estado do Rio de Janeiro. (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2014.
- GOES, E. M.; SPOSITO, M. Encarnação Beltrão. A insegurança urbana e as novas práticas espaciais em cidades brasileiras. Scripta Nova (Barcelona), v. XVIII, p. 1-16, 2014.
- GRAHAM, Stephen. Cidades Sitiadas: o novo urbanismo militar. São Paulo, SP: Boitempo, 2016.
- LINS, Ana Letícia Costa; SILVA, Ingrid Melyna Dantas. A produção dos discursos sobre a “chacina do Benfica” e a criminalização das torcidas organizada em Fortaleza/CE. In: Revista Aurora, vol. 11, n. 01, p. 79-94. Marília, 2018.
- MBEMBE, Achille; “Necropolítica”. Revista do PPGAV/EBA/UFRJ. Rio de Janeiro: Editora, Vol. Dezembro de 2016. n. 32, p. 122-151.
- PAIVA, Luiz Fábio S. Mortes na Periferia: considerações sobre a chacina de 12 de novembro em Fortaleza. In: O público e o privado, n. 26, p. 269-281. Fortaleza, 2015.
- ROSA, Sara; PEQUENO, Renato; et al. Regulação para a Desregulamentação: Novos e Velhos Instrumentos Urbanos. In: ROLNIK, Raquel, SANTORO, P. Freira, MORADO, Denise. RENA, Natacha, PEQUENO, L. R.B; Cidade, Estado, Capital: Reestruturação Urbana e Resistências em Belo Horizonte, Fortaleza e São Paulo, p. 84-112. São Paulo: FAUUSP, 2018.
- SOUZA, Marcelo Lopes de Souza. Fobópole: O medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- WACQUANT, Loïc. Punir os Pobres. Rio de Janeiro, RJ: Editora Revan, 2003.
- WACQUANT, Loïc. Bourdieu, Foucault e o Estado penal na era neoliberal. Revista Transgressões: ciências criminais em debate, Natal, v. 3, p.5-22, maio 2015.